

**ANEXO – XXIII**  
**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO DO ABC - FUABC, E DO OUTRO LADO A EMPRESA....., CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) NOS PRÉDIOS CENTRAL, ADMINISTRATIVO, RESTAURANTE DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FMABC E NO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DO ABC, NA FORMA ABAIXO:

**CONTRATADA:**

A **FUNDAÇÃO DO ABC**, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0001-00 neste ato representado por seu Presidente (qualificação completa), doravante denominada simplesmente “CONTRATANTE”, e de outro lado, a empresa (qualificação completa), representada neste ato por seu representante legal (qualificação completa), doravante designada “CONTRATADA”, tendo em vista o que consta no Processo nº 0\_\_\_/2025 nas condições e especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência e de acordo com a nova Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e, subsidiariamente, pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, suas alterações posteriores e demais normas legais pertinentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento e instalação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) nos prédios central, administrativo, restaurante do Centro Universitário FMABC e no prédio administrativo da Fundação do ABC, nas condições e especificações constantes do presente Termo de Referência e de acordo com a Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

**1.2.** Constituem parte integrante deste Contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram manter pleno conhecimento.

I- Edital de Concorrência nº 0\_\_\_/2025

II- Termo de Referência;

III- Proposta de preços, documentos de habilitação e declarações;

IV- Termo de Responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais – Fornecedor;

V- Questionário de Due Diligence de Compliance de Fornecedores;

VI - Termo de ciência e notificação.

VII - Declaração de Cumprimento ao Código de Conduta Ética - Fornecedores.

## **2.0 . VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**2.1.** O prazo de vigência deverá ser pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos a critério da contratante desde que:

- a) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja apresentado justificativa e motivo, por escrito, de que a Instituição Contratante mantém interesse na realização do serviço;
- d) Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Contratante;
- e) Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação; e
- f) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.2.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## **3.0. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

**3.1.** As especificações dos serviços estão contidas no Anexo I do termo de referência.

## **4.0. DO PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** A Contratada deve estar apta para início da prestação do serviço na data de assinatura do contrato.

**4.2.** Seguir a prestação de serviços conforme cronograma – anexo XXII do termo de referência, estabelecido pela Contratante.

## **5.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da Contratada:

**5.1.** A Contratada deverá cumprir as obrigações constantes no Termo de Referência, atendendo às Normas Técnicas e Regulamentadoras e das boas técnicas e práticas de engenharia, assumindo os riscos e as despesas decorrentes para perfeita execução e entrega do objeto - instalação do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA).

**5.2.** A Contratada deverá entregar os Sistemas SPDA em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes neste instrumento e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à descrição dos bens contratados.

**5.3.** A Contratada deverá providenciar correção de qualquer problema no momento da sua detecção ou no prazo estabelecido pela Contratante.

**5.4.** A Contratada deverá efetuar as correções normais de eficiência do funcionamento dos sistemas, sempre que as inspeções ou testes indicarem modificações de parâmetros técnicos de qualquer um deles.

**5.5.** A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso os sistemas, dispositivos, materiais e insumos necessários sejam entregues com avarias ou defeitos.

**5.6.** A Contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos sistemas, dispositivos, materiais e insumos entregues.

- 5.7.** A Contratada deverá manter a fiscalização da Contratante sempre informada sobre quaisquer fatos e atos considerados importantes ou irregularidades verificadas.
- 5.8.** Todas, e quaisquer, diferenças de prazo, quantidade e qualidade na execução dos serviços, sem a aprovação da Contratante de justificativa formal plausível por parte da Contratada, serão objeto de apuração, podendo, após notificada a empresa Contratada e dado o contraditório e a ampla defesa, passível de glosa dos valores da fatura mensal.
- 5.9.** A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos que antecede a data de entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e justificativa.
- 5.10.** A Contratada deverá interromper imediatamente, total ou parcialmente, a execução dos trabalhos se for solicitado pela Contratante.
- 5.11.** A Contratada deverá responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e instalações prediais das edificações do campus decorrentes de falha, negligência, imprudência, imperícia ou dolo dos empregados da Contratada na instalação ou operação, arcando com todas as despesas necessárias, inclusive a substituição de peças, que se verificarem necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito.
- 5.12.** A Contratada deverá responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, ocasionados por seus profissionais por dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado, arcando com todas as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais.
- 5.13.** A Contratada deverá arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.
- 5.14.** Toda movimentação de equipamentos, dispositivos, componentes, materiais e insumos necessárias para a execução dos serviços de montagem e instalação serão de responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus adicional para o Contratante, mediante prévia aprovação e avaliação da fiscalização do contrato. A Contratada fica responsável pela integridade destes itens durante a remoção, transporte e reinstalação.
- 5.15.** A Contratada deverá apresentar para o Departamento de Segurança de Trabalho da Contratante todas as informações, se solicitadas, em relação as atividades desenvolvidas no campus, como:
- a) Relação dos equipamentos de proteção individual – EPI e de proteção coletiva – EPC;
  - b) Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva adequados aos serviços prestados, conforme Norma Regulamentadora 6 e 18 (item 18.23.) do Ministério do Trabalho e Emprego e CLT (art. 166 e 167), impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los;
  - c) Relação de colaboradores com as atividades que executarão;
  - d) Uniformes completos com a identificação da empresa e adequados à natureza do serviço;
- 5.16.** Qualquer irregularidade impeditiva observada poderá implicar que as atividades sejam interrompidas.
- 5.17.** A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles.
- 5.18.** A contratada deverá prover aos empregados uniformes e crachás de identificação com foto.
- 5.19.** A contratada deverá fornecer gratuitamente, treinar e exigir o uso dos EPI's necessários para o desempenho das atividades de seus funcionários, comprovando através de fichas de controle, que deverão permanecer no local de realização das atividades.

**5.20.** A contratada deverá utilizar de ferramentas em perfeitas condições de segurança e uso, adequadas e destinadas à atividade que será desenvolvida.

**5.21.** A contratada deverá apresentar ao SESMT as documentações exigidas conforme o tipo de trabalho a ser realizado e após análise dos documentos apresentados será agendada a integração:

- e) Cópia do vínculo empregatício (CTPS página da foto frente e verso e cópia da página do registro)
- f) Cópia da ficha de registro
- g) ASO Atestado de Saúde Ocupacional com validade de um ano a contar da data de emissão
- h) Cópia da ficha de EPI's Equipamento de Proteção Individual - relacionar os EPI's entregues e a ficha deverá estar assinada pelo funcionário
- i) PGR (Programa de Gerenciamento de riscos)
- j) PCMSO (Programa de controle médico de saúde ocupacional)
- k) Análise Preliminar de Risco - APR que deverá ser elaborada pela contratada
- l) PT – Permissão de Trabalho e OSS – Ordem de Serviço de Segurança
- m) Certificado de treinamento NR 35 (trabalho em altura)

Durante a realização das atividades, é terminantemente proibido:

- n) Trajar camiseta regata (sem mangas), bermuda e chinelo;
- o) Insultos, brigas ou desordens;
- p) Consumir, portar ou vender bebidas alcoólicas, entorpecentes ou substâncias que causem qualquer tipo de dependência no recinto da empresa;
- q) Apresentar-se em estado de embriaguez;
- r) Fumar em ambientes fechados, próximos a materiais inflamáveis ou em locais não autorizados;
- s) Portar armas, de qualquer espécie (exceto de uso profissional, previsto em contrato)
- t) Agredir física ou verbalmente outro colaborador ou pessoas que tenham contato em nome da prestadora de serviço;
- u) Operar veículos, equipamentos e máquinas, executar atividades para os quais não esteja habilitado ou autorizado pela empresa contratada;
- v) É expressamente proibido o uso de aparelho som portátil, bem como a utilização de fones de ouvido para ouvir músicas durante período de trabalho;
- w) É expressamente proibido o uso de aparelho celular em atividades de riscos.

**5.22.** A contratada deverá isolar o local adequadamente, quando as atividades forem realizadas em áreas de circulação de pessoas e veículos e nos locais onde houver riscos de queda de materiais, pessoas e objetos.

**5.23.** A Contratada deverá arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

**5.24.** A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução e entrega do objeto dentro dos limites exigidos pelas normas técnicas e regulamentadoras vigentes.

- 5.25.** Para os sistemas, dispositivos e materiais que devem ser instalados, a preparação do ambiente, montagem, teste e limpeza dos restos de obra são de responsabilidade da Contratada.
- 5.26.** A Contratada não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa de causa à execução de serviços em desacordo com o contratado.
- 5.27.** A Contratada será responsável por todos e quaisquer acidentes sofridos por seus funcionários quando da retirada das sujeiras existentes não cabendo a contratante nenhuma responsabilidade e despesas relativas aos mesmos.
- 5.28.** A Contratada deverá executar os serviços de acordo com as especificações constantes neste termo e de sua proposta, com alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento do objeto, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias e especificadas neste termo e em sua proposta.
- 5.29.** A Contratada deverá manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.30.** É responsabilidade da Contratada todos e quaisquer, equipamentos, instrumentos, ferramentas, materiais, estruturas de apoio (escadas, andaimes, chapas de ferro, etc.) e equipamentos de acesso (plataforma elevatória etc.) necessários para o desenvolvimento das atividades envolvidas nos procedimentos de instalação do SPDA.
- 5.31.** A Contratada deverá entregar a Documentação Técnica dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no Anexo I.
- 5.32.** O Termo de Aceitação Provisório (TAP) deve ser solicitado, através de envio de comunicado formal junto com Documentação Técnica (Anexo I), pela Contratada ao final da etapa de Comissionamento e Testes e, este será aprovado em um prazo de 5 (cinco) dias corridos pela Contratante.
- 5.33.** A Contratada terá um prazo de 30 (trinta) dias corridos para solucionar as pendências anotadas pela Contratante e, solicitar, através de comunicado formal, o Termo da Aceitação Definitivo (TAD) que deve ser aprovado em 5 (cinco) dias pela Contratada.

## **6.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da Contratante:

- 6.1.** A Contratante deverá executar o pagamento a Contratada conforme forma e prazos definidos em contrato de prestação de serviço entre as partes.
- 6.2.** A Contratante deverá permitir livre acesso da equipe técnica da Contratada no local de Vistoria e, consequentemente, no local da prestação de serviços.
- 6.3.** A Contratante se obriga a fornecer à Contratada e/ou facultar-lhe acesso a todos os documentos e dados necessários para o desenvolvimento dos serviços acordados, bem como tomar todas as medidas cabíveis e necessárias para que a Contratada possa realizar as atividades firmadas.
- 6.4.** A Contratante irá acompanhar e fiscalizar toda a execução dos serviços prestados pela Contratada.
- 6.5.** A Contratante, deverá fiscalizar através de seu preposto a execução do objeto, observando as especificações e demais requisitos dispostos neste termo de referência e se reserva no direito de rejeitar o serviço que, ao seu critério, não forem considerados aceitáveis.
- 6.6.** A Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas no código civil por danos que vier a causar a Contratante ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários ou de seus prepostos na execução do contrato.

**6.7.** Será nomeado um ou mais colaboradores responsáveis pela fiscalização do Contrato, devendo este anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento do Contrato. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da empresa em relação ao acordado.

**6.8.** Elegerá como responsável pela fiscalização algum membro da engenharia, o qual poderá ser contactado em horário comercial através dos canais abaixo descritos:

**E-mails:** [engenharia@fmabc.br](mailto:engenharia@fmabc.br) e [thalita.vicente@fuabc.org.br](mailto:thalita.vicente@fuabc.org.br)

**Telefone:** (011) 4993-547

## **7.0. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto será por meio da área requisitante FMABC, observando que:

**7.1.** O Centro Universitário FMABC, acompanhará e avaliará o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, inclusive atestando as notas fiscais pelo cumprimento da execução dos serviços. Contudo, essa atribuição de fiscalização não exime a Mantenedora – Fundação do ABC do poder total sobre a execução do contrato, permanecendo com a autoridade de tomar decisões e orientações necessárias para garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais.

**7.2.** O Fiscal designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**7.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverá ser solicitada a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**7.4.** A fiscalização por parte da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos, ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço adquirido, subsistirá a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança deste último.

**7.5.** Os serviços a serem realizados nos horários estabelecidos no anexo F do termo de referência serão acompanhados pelo fiscal do Contrato, o qual deverá validar a ordem de serviço e entregar junto com a Nota fiscal.

## **8.0. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA**

**8.1.** É vedada a cessão ou transferência total ou parcial dos direitos e/ou obrigações inerentes a este contrato, por quaisquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

## **9.0. DO PAGAMENTO**

A Contratante compromete-se a pagar o preço constante da proposta da Contratada, observadas as seguintes condições:

**9.1.** O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma físico financeiro, medição mensal dos serviços efetuados, aprovada pela equipe da contratante.

**9.2.** A nota fiscal deverá ser gerada e enviada para a FMABC, e o pagamento será realizado no dia 30 do mês subsequente a emissão da nota fiscal e após atestação dos serviços realizados no período, observando-se a retenção determinada pela ordem de serviço nº 203 de 29/01/99 do INSS.

**9.3.** A FMABC deverá encaminhar as notas fiscais referente aos serviços prestados para Mantenedora – Fundação do ABC atestadas, em até 10 dias a contar da emissão da nota fiscal, para que a Contratante possa proceder com as análises devidas e o subsequente pagamento dos valores.

**9.4.** É obrigatório a inclusão do número do processo no corpo da nota fiscal, caso não haja tal informação o pagamento não será efetuado até sua regularização.

**9.5.** Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexada à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização.

**9.6.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da Contratada importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

**9.7.** Em caso de eventuais atrasos, os valores serão atualizados de acordo com a legislação vigente.

**9.8.** A Contratada deverá indicar, com a documentação fiscal, o número da conta corrente e a agência, preferencialmente do Banco Santander S/A, a fim de agilizar o pagamento.

**9.9.** O pagamento devido pela Contratante será efetuado mediante a apresentação pela Contratada dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal constando a discriminação detalhada do serviço prestado;
- b) CND válida, provando a regularidade do prestador de serviços junto à Previdência Social;
- c) Prova de Regularidade perante o FGTS;

**9.9.** Fica expressamente vedada a emissão e negociação de qualquer duplicata com base (ou relacionada) nos valores devidos pela Contratante sob o presente instrumento.

**9.10.** A Fundação do ABC não assumirá responsabilidade alguma por pagamento de impostos e encargos que competirem a Contratada, nem estará obrigado a restituir-lhe valores, principais e acessórios, que porventura despendem com pagamento dessa natureza.

## **10.0. DO VALOR**

**10.1.** Dá-se ao presente contrato o valor global de R\$ \_\_\_\_\_.

## **11.0. DO REAJUSTE**

**11.1.** Os preços dos serviços contratados são fixos e irredutíveis.

## **12.0. A ALTERAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO**

**12.1.** Este contrato poderá ser modificado no todo ou em parte, por acordo entre as partes, somente através de Termo Aditivo.

## **13.0. DAS PENALIDADES E RECURSOS**

**13.1.** A Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- I) advertência;
- II) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
  - III) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
  - IV) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou 5% (cinco por cento) do valor total do objeto contratado, no caso de inexecução parcial;
- V) Impedimento de licitar e contratar;



VI) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**13.2.** Da aplicação das penalidades previstas nos incisos I, II e III do caput, poderão ser interpostos recursos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

#### **14.0. DA RESCISÃO**

**14.1.** A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme penalidades do artigo anterior.

**14.2.** As práticas passíveis de rescisão, tratadas no inciso anterior, podem ser definidas, dentre outras, como:

**a) corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da **Contratante** no processo administrativo ou na execução do Contrato;

**b) fraudulenta:** falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo administrativo ou de execução do Contrato;

**c) colusiva:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais interessados, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

**d) coercitiva:** causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo administrativo ou afetar a execução do Contrato;

**e) obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

**14.3.** As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa física e/ou jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes da **Contratada** e dos administradores ou gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da lei.

**14.4.** São considerados motivos para a rescisão:

**a)** a inexecução parcial ou total das obrigações e prazos constantes nos Instrumentos Convocatórios e Contratuais;

**b)** a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**c)** a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;

**d)** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **Contratada**, desde que prejudique a execução do Contrato;

**e)** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

**f)** o atraso nos pagamentos devidos pela **Contratante** decorrentes de serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**g)** a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;



h) a aplicação ao contratado de suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a **FUNDAÇÃO DO ABC E SUAS UNIDADES GERENCIADAS**;

i) o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

j) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento administrativo regulamentar e licitatório público;

k) ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento administrativo regulamentar e/ou licitatório público; ter afastado ou procurado afastar Proponentes, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

l) ter fraudado procedimento administrativo regulamentar e/ou licitação pública ou Contrato dela decorrente;

m) ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato Administrativo;

n) ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública e demais entes licitantes, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

o) ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública;

p) ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;

15. O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, desde que haja conveniência para a Contratante mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade superior, nos termos do artigo 138, §1º da Lei 14.133/21.

## **15.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Este ajuste regular-se-á pelas suas disposições e partes integrantes tais como seus anexos, processo administrativo, proposta da CONTRATADA, legislação vigente e demais normas de direito aplicáveis.

**15.2.** A tolerância por qualquer das Partes em exercer qualquer de seus direitos sob o presente não deverá ser considerada renúncia ou novação, e não afetará o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada por escrito.

**15.3.** Na hipótese em que quaisquer termos ou disposições do presente contrato venham a ser declarados nulos ou não aplicáveis, tal nulidade ou inexequibilidade não afetará o restante do contrato, que permanecerá em pleno vigor e eficácia, como se tais disposições jamais lhe houvessem sido incorporadas.

**15.4.** Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 12.709/2018 - as partes se obrigam a respeitar os termos e condições estabelecidos no Anexo V.

**15.5.** O presente contrato não cria qualquer vínculo empregatício, societário, associativo, de representação, agenciamento, consórcio, ou assemelhados entre as Partes, arcando cada qual com suas respectivas obrigações nos termos do ordenamento jurídico em vigor.

**16.0. DO FORO**

**16.1.** Fica eleito o Foro de Santo André – São Paulo, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Santo André, XX de XXX de 2025.

---

**FUNDAÇÃO DO ABC**  
**(Representante legal)**

---

**CONTRATADA**  
**(Representante legal)**

**Testemunhas:**

1- Ass:\_\_\_\_\_Nome:\_\_\_\_\_CPF:\_\_\_\_\_

2- Ass:\_\_\_\_\_Nome:\_\_\_\_\_CPF:\_\_\_\_\_

## **ANEXO XXIV – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº XXXX**

### **DA PROTEÇÃO DE DADOS E TERMO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

1.1. Quando utilizados neste Contrato os seguintes termos, no singular ou no plural, terão o significado atribuído a eles abaixo, exceto se expressamente indicado ou acordado entre as Partes de outra forma:

Dado(s) Pessoal(ais)” significa qualquer informação que identifique ou possa identificar uma pessoa física, como, por exemplo, nome, CPF, endereço, e-mail, número de IP, número de conta corrente, dentre outras.

“Dado(s) Pessoal(ais) Sensível(eis)” significa qualquer informação que revele, ou qualquer tratamento que venha revelar, em relação a uma pessoa física, sua origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a Organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes a saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

“Titular(es)” significa qualquer pessoa física identificada ou que possa vir a ser identificada a partir dos Dados Pessoais.

“Tratamento” significa toda e qualquer atividade realizada com os Dados Pessoais, incluindo (mas não se limitando à/ao), coleta, armazenamento, compartilhamento, destruição, agregação, dentre outros.

“Violação de Dados” significa um incidente de segurança não autorizado que provoque (i) destruição, (ii) perda, (iii) alteração, (iv) divulgação ou (v) acesso acidental ou ilegal a Dados Pessoais.

LEGISLAÇÃO DE Proteção de Dados: significa qualquer lei sobre privacidade e proteção a dados, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), à(s) qual(is) a CONTRATADA esteja sujeita em conexão com o Contrato (incluindo, sem limitação, e a título de exemplo, interpretações, decisões, acordos ou diretrizes de qualquer autoridade governamental);

LGPD: significa a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, assim como suas eventuais alterações, regulamentações ou substituições.

Todos os demais termos não definidos neste Contrato que possuem definição na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) serão compreendidos como ali descritos.

1.2. As Partes, neste ato, se comprometem a cumprir toda a legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014), seu decreto regulamentar (Decreto 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) (LGPD), e as demais normas setoriais ou gerais sobre o tema, se comprometendo a tratar os dados pessoais e sensíveis (“Dados”) de acordo com as melhores práticas de proteção de dados utilizadas no mercado, se comprometendo a:

- (i) Atender eventuais solicitações de autoridades brasileiras, incluindo a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”);
- (ii) Respeitar, no Tratamento de Dados, os princípios descritos no artigo 6º da LGPD, disponibilizando aos Titulares todas as informações obrigatórias previstas na LGPD e nas demais legislações aplicáveis;
- (iii) Manter um programa de segurança da informação apropriado, razoável e por escrito, que inclua medidas físicas, técnicas e organizacionais proporcionais à natureza do dado pessoal tratado sob este Contrato, medidas que correspondam ou superem padrões e boas práticas industriais e que sejam adequadas a prevenir a Violação de Dados Pessoais;
- (iv) As Partes cumprirão a Legislação de Proteção de Dados que tenha conexão com este Contrato;
- (v) Não reter quaisquer Dados por período superior ao necessário para o cumprimento das suas obrigações ou para cumprimento de prazo fixado em lei específica, salvaguardas e hipóteses em sentido contrário;
- (vi) Respeitar os direitos dos Titulares previstos na LGPD, e responder às solicitações dos Titulares;
- (vii) Manter registro dos Tratamentos realizados e
- (viii) Notificar, quando exigido pela legislação, as autoridades competentes e os Titulares sobre eventual a Violação de Dados, nos termos do artigo 48 da LGPD.

1.3. As Partes declaram que têm compromisso com a privacidade de seus clientes, parceiros e empregados, sendo sua atuação guiada pelos seguintes princípios: (a) limitação de uso de dados pessoais ao extremamente necessário para atender aos propósitos empresariais; (b) acesso aos dados pessoais apenas por pessoas imprescindíveis e eliminação de dados quando não mais necessários; (c) cuidado adicional no tratamento de dados pessoais sensíveis; (d) transparência com clientes, parceiros e empregados; (e) segurança dos dados pessoais.

1.4. A parte prejudicada terá o direito de ser reembolsada pela parte infratora por quaisquer perdas, danos, multas, custos ou despesas (incluindo despesas e desembolsos legais) incorridos pela parte prejudicada e que resultem de uma Violação de Dados Pessoais, falha na adoção de medidas de segurança exigidas pelo artigo 46 da LGPD ou da violação de algum item desta cláusula em relação a quaisquer dados pessoais tratados em conexão com o Contrato, e que tais valores serão considerados perdas diretas e serão devidos pela parte infratora à parte prejudicada, mediante comprovação.

2.0 - A CONTRATANTE exige que todos os seus fornecedores e/ou prestadores de serviços, tenham comportamentos socialmente responsáveis e cumpram as disposições legais que proíbem o uso de mão-de-obra infantil e trabalho análogo à escravidão, assim como a legislação que determina a empregabilidade de pessoas com deficiências e dos que buscam o primeiro emprego (PNPE), devendo cumprir todas as obrigações previdenciárias e trabalhistas com seus colaboradores e/ou da mão de obra terceirizada ou subcontratada.

2.1 - A CONTRATANTE declara que cumpre a legislação relacionada aos direitos humanos e não tolera atos de discriminação, assédio ou abuso, suborno e/ou atos ilícitos que favoreçam a exploração de crianças e adolescentes, nos termos da Política de Direitos Humanos da CONTRATADA.

2.3 - A CONTRANTE declara que segue as diretrizes e legislações para preservar o meio ambiente e repudia o uso de recursos naturais não licenciados pelos órgãos de proteção ambiental, bem como cumpre com os procedimentos legais aplicáveis à sua atividade.

Santo André, XX de XXX de 2025.

---

**FUNDAÇÃO DO ABC**  
**(Representante legal)**

---

**CONTRATADA**  
**(Representante legal)**